**CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.**

RES. SC 129/18, de 26/12/2018, publicada no DOE 27/12/2018, Seção I, pág. 46

<http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_v5/index.asp?c=4&e=20181227&p=1>

O Secretário da Cultura, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15-08-1969, e dos artigos 134 a 149 do Decreto 13.426, de 16-03-1979, que permanecem em vigor por força do artigo 158 do Decreto 50.941, de 05-07-2006, e com redação alterada pelo Decreto 48.137, de 07-10-2003, resolve retificar, com a ciência do Conselho, Resoluções relativas a bens tombados que apresentam erros materiais, conforme abaixo estabelecido:

Retificação da Resolução SC-043, de 16-07-2012, publicada no D.O. de 14-08-2012, p.34-35, referente ao tombamento do Conjunto Ferroviário Central de Araçatuba No Artigo 1º, parágrafo único, item 1, onde se lê “Avenida Barão de Rio Branco, 100”, leia-se “Avenida dos Araçás s/n°”.

Retificação da Resolução SC-102, de 01-11-2013, publicada no D.O. de 13-11-2013, p.59, referente à redefinição da área envoltória do Parque Tenente Siqueira Campos – Trianon No preâmbulo e no Artigo 1º, onde se lê “Av. Paulista, 949”, leia-se “Rua Peixoto Gomide, 949”.

Retificação da Resolução SC-066, de 19-12-2017, publicada no D.O. de 22-12-2017, p.58-59, referente ao tombamento do Asilo Colônia Pirapitingui No Artigo 2º, incisos I e II, onde se lê “Rod. Waldomiro Ferreira de Camargo” leia-se “Rod.Waldomiro Corrêa de Camargo”, correção conforme matrícula 92.732 do oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Itu – SP.

Substitua-se o mapa no anexo I pelo seguinte:

ANEXO I: Mapa do Perímetro de Tombamento sobre foto aérea



Substitua-se o mapa no anexo II pelo seguinte:

ANEXO II: Mapa do Perímetro de Tombamento



Retificação da Resolução SC-009, de 21-01-2014, publicada no D.O. 06-02-2014, p.50, referente ao tombamento da Estação Ferroviária de Piquete No Artigo 2º, inciso III, e nos anexos I e II, onde se lê “Rua Major Carlos Sampaio”, leia-se “Rua Major Carlos Ribeiro”. Retificação da Resolução SC-119, de 31-10-2016, publicada no D.O. 02-11-2016, referente à área envoltória da Reserva Florestal da Fazenda Santa Genebra No Artigo 2º, inciso II, onde se lê “pela SANASA’’, leia-se “pela prestadora e serviços públicos de água e esgoto correspondente”. No Artigo 4°, onde se lê “prévia anuência do Conselho de Administração da Fundação José Pedro de Oliveira”, leia-se “prévia anuência da Fundação José Pedro de Oliveira”. Retificação da Resolução SC-91, de 11-10-2012, publicada no D.O. de 17-10-2012, referente ao tombamento do Complexo da Estação Ferroviária de Botucatu No Artigo 2º, onde se lê “Artigo 2º. Fica estabelecida a proteção dos seguintes elementos:

1. Para o edifício descrito no Art. 1º, inciso 1, deverão ser protegidas as fachadas, a volumetria e os interiores.
2. Para os elementos descritos no Art. 1º, incisos 3, 13 e 16, fica considerada área non-aedificandi e, para a vegetação de grande porte, sugere-se a reposição por espécies similares ao final do ciclo de vida das hoje existentes.
3. Para os edifícios descritos no Art. 1º, incisos 4, 5, 6, 8, deverão ser protegidas as fachadas e a volumetria.
4. Para os elementos descritos no Art. 1º, incisos 7, 12, 14, deverão ser protegidos os elementos remanescentes destacados nos respectivos incisos.
5. Para o edifício descrito no Art. 1º, inciso 9, deverá ser preservada a sua volumetria.
6. Para o edifício descrito no Art. 1º, inciso 10, deverão ser protegidas suas fachadas, volumetria e as plataformas internas de manutenção.
7. Para o edifício descrito no Art. 1º, inciso 11, deverão ser protegidas suas fachadas e volumetria. No caso do encerramento do ciclo de vida das palmeiras à frente da face sul, sugere-se a reposição por mudas da mesma espécie.
8. Para o elemento descrito no Art. 1º, inciso 15, deverá ser protegida sua estrutura.”

Leia-se “Artigo 2º. Fica estabelecida a proteção dos seguintes elementos:

1. Para o edifício descrito no Art. 1º, inciso 3, deverão ser protegidas as fachadas, a volumetria e os interiores.
2. Para os elementos descritos no Art. 1º, incisos 4, 14 e 17, fica considerada área non-aedificandi e, para a vegetação de grande porte, sugere-se a reposição por espécies similares ao final do ciclo de vida das hoje existentes.
3. Para os edifícios descritos no Art. 1º, incisos 5, 6, 7 e 9, deverão ser protegidas as fachadas e a volumetria.
4. Para os elementos descritos no Art. 1º, incisos 8, 13, 15, deverão ser protegidos os elementos remanescentes destacados nos respectivos incisos.
5. Para o edifício descrito no Art. 1º, inciso 10, deverá ser preservada a sua volumetria.
6. Para o edifício descrito no Art. 1º, inciso 11, deverão ser protegidas suas fachadas, volumetria e as plataformas internas de manutenção.
7. Para o edifício descrito no Art. 1º, inciso 12, deverão ser protegidas suas fachadas e volumetria. No caso do encerramento do ciclo de vida das palmeiras à frente da face sul, sugere-se a reposição por mudas da mesma espécie.
8. Para o elemento descrito no Art. 1º, inciso 16, deverá ser protegida sua estrutura.”

No Artigo 5º, § 1º, onde se lê “os bens tombados descritos nos incisos 1 a 16 do Art. 1º”

leia-se

“os bens tombados descritos nos incisos 1 a 17 do Art. 1º”. Retificação da Resolução SC-097, de 01-11-2012, publicada no D.O. de 30-11-2012, p.59-60, referente ao tombamento da Casa de Campo de Victor Brecheret No preâmbulo e no Artigo 1º, onde se lê “no município de Osasco”, leia-se “... no município de Osasco à Rua Manoel Antonio Portela, 1532”.

No Artigo 2º, onde se lê “proteção para os bens tombados”,

leia-se

“proteção para o bem tombado”.

No Artigo 3º, inciso III, onde se lê “sejam harmoniosas e expressas com clareza”, leia-se

“sejam harmoniosas e graficamente expressas com clareza”.

No Artigo 4º, onde se lê “ficam os referidos bens isentos de área envoltória”,

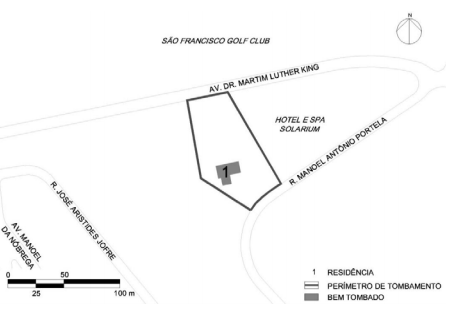
leia-se

“fica o bem tombado isento de área envoltória”. A publicação do D.O. não contemplou os mapas anexos à resolução, sendo eles os seguintes:

Anexo I: Mapa do Perímetro de Tombamento e Área Envoltória sobre foto aérea



Anexo II: Mapa do Perímetro de Tombamento e Área Envoltória



Retificação da Resolução SC-040, de 02-09-2004, publicada no D.O. 14-09-2004, p.75, referente ao tombamento do Edifício do Centro Cultural Banco do Brasil

Na introdução, onde se lê “... Decreto Estadual de 20.955 de 01-03-1983...”, leia-se “... Decreto Estadual de 20.955 de 01-06- 1983...”.

No Artigo 2º, onde se lê “As intervenções a serem realizadas nos espaços do prédio deverão ser submetidas à aprovação do Condephaat, nos seguintes casos”, leia-se “As intervenções a serem realizadas nos espaços do prédio deverão ser submetidas à aprovação do Condephaat”.